



Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Ciências Humanas
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA



MONICA GOMES DE SÁ BARBOSA

**OS AVANÇOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL AO
LONGO DA HISTÓRIA
- DA SEGREGAÇÃO À INCLUSÃO -**

Macaé
2013

MONICA GOMES DE SÁ BARBOSA

**OS AVANÇOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL AO LONGO DA HISTÓRIA
- DA SEGREGAÇÃO À INCLUSÃO -**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Licenciatura em
Pedagogia do Centro de Ciências
Humanas da UNIRIO, como requisito para
obtenção do grau de Pedagogo.

Orientadora: Bruna Vianna

Macaé
2013

MONICA GOMES DE SÁ BARBOSA

**OS AVANÇOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL AO LONGO DA HISTÓRIA
- DA SEGREGAÇÃO À INCLUSÃO -**

Avaliado por:

Orientador(a)

Segundo(a) leitor(a)

Data da apresentação ____ / ____ / ____

*Ao meu esposo Adriano e meus filhos
Joanna Adryne, Yves e Myllene que foram
um estímulo e uma inspiração a mais para
que eu trilhasse meu caminho em busca de
novos conhecimentos.*

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus, o centro e o fundamento de tudo em minha vida. Por renovar a cada momento a minha força e disposição e pelo discernimento concedido ao longo dessa jornada.

Ao meu esposo e meus filhos que de maneira muito especial me deram força e encorajamento desde o início. Agradeço-lhes pela paciência dedicada nos momentos difíceis.

Aos meus pais pelo apoio e por tudo que fizeram por mim, pela simplicidade, exemplo, atenção e carinho, muito importantes na construção do meu caráter.

Às colegas de curso Cláudia, Deicimar, Juliana e Silvia que de alguma maneira tornaram minha vida acadêmica cada vez mais desafiante.

Aos tutores pela troca de experiências que foram tão importantes na minha vida acadêmica e pessoal contribuindo para que eu tivesse um novo olhar profissional.

A minha orientadora Bruna Vianna pela atenção e orientação dedicadas.

Aos verdadeiros amigos que acreditaram no meu potencial e torceram para que eu alcançasse meus objetivos.

“o desenvolvimento de qualquer sujeito está articulado com sua constituição orgânica, mas é fundado, constituído na vida coletiva.” (FERREIRA 2005)

RESUMO

O presente trabalho visa relatar os fatos históricos relacionados às pessoas com necessidades especiais até a Educação Inclusiva, visando compreender aqueles que tiveram influência no cotidiano escolar atual e as conquistas alcançadas até o momento presente apresentando a evolução na modalidade de ensino aplicada a essas pessoas, seus olhares e interpretações. Através dos estudos realizados constatou-se que a pessoa com necessidades especiais foi e ainda continua sendo segregada da sociedade e da rede regular de ensino. Os educadores podem e devem contribuir para que esses alunos possam ter garantido seu direito à educação e que assim possam integrar-se socialmente. É necessário ressaltar também que a sociedade precisa respeitá-lo, pois o mesmo é parte integrante dela, sendo capaz de se relacionar com outras pessoas e realizar atividades variadas que estejam ao seu alcance. Desta forma, pode então frequentar uma escola como qualquer criança. Assim, é tempo de mudar esse quadro e garantir a pessoa com necessidades especiais direitos iguais à educação e a oportunidade de integrar-se sem passar por constrangimentos.

Palavras-chave: Educação Especial; inclusão; pessoa com deficiência.

SUMÁRIO

Introdução	09
1 - O tratamento às pessoas com deficiências em sua evolução histórica	11
1.1 - O tratamento ao deficiente da antiguidade até a Idade Média	12
1.2 - O tratamento ao deficiente da Idade Média ao Séc. XX	14
2 - A Educação Especial em seus avanços e conquistas	16
3 - A Integração e a Inclusão	19
Considerações finais	22
Referências	24

Introdução

A visão sobre deficiência é social e historicamente construída. Ao longo dos séculos, a pessoa com deficiência foi vista de uma determinada forma. Tudo dependia da cultura, das informações disponíveis, das crenças e convicções e até mesmo por questão da religiosidade, além da compreensão do que é deficiência.

Este trabalho pretende destacar no primeiro capítulo, através de pesquisas, o tratamento recebido pelos deficientes nos tempos da antiguidade até o início do século XX. Ainda no primeiro momento, fica evidenciado um período marcado pela negligência, na era pré-cristã, onde, aos deficientes, havia total falta de atendimento.

No segundo capítulo encontra-se a fase em que a pessoa com necessidades especiais era segregada e protegida em instituições residenciais, além de, dependendo da sociedade em que estavam inseridas, tinham suas vidas e seus familiares marcados pelo extermínio, discriminação e preconceito. Quando sobreviviam, deveriam viver à margem da sociedade. O terceiro capítulo retrata o desenvolvimento de escolas e classes especiais em escolas públicas, destacando o movimento de integração e possível inclusão dos deficientes. Silva (1987) afirma que “anomalias físicas ou mentais, deformações congênitas, amputações traumáticas, doenças graves e de conseqüências incapacitantes, sejam elas de natureza transitória ou permanente, são tão antigas quanto a própria humanidade” (Silva, 1987, p.21). Assim, pode-se perceber que sempre houve e sempre haverá em algum lugar, alguém que precise de atenção especial para obter um desenvolvimento pleno e satisfatório em todos os aspectos de sua vida. Desta forma, faz-se necessário expandir este estudo para uma melhor compreensão do tratamento recebido pela pessoa deficiente ao longo dos tempos, ressaltando todos os avanços obtidos e conseqüentemente sua aplicação, fazendo valer as leis em benefício daqueles que necessitam de tratamento e acompanhamento específico.

Ainda hoje, aqui mesmo no Brasil, segundo Ferreira e Guimarães (2003), pode ser presenciada uma situação de segregação histórica.

No Brasil, algumas tribos do Alto Xingu no Mato Grosso, até hoje exterminam os bebês que nascem com deficiência, enterrando-os vivos por acreditarem que a criança nascida com deficiência não tem

condições de ir para a selva, de trabalhar, de garantir seu sustento, de se defender (Ferreira e Guimarães, 2003, p. 66).

Tal prática é vista por todos como algo natural, um costume, já que estes bebês se tornariam adultos incapazes de se defender e de se sustentar, sendo assim, o extermínio se torna então a solução para um “problema”.

Na atualidade, presenciamos situações de preconceito, desrespeito e exclusão quando o assunto refere-se a uma pessoa com necessidades especiais. Esses sentimentos sempre estiveram presentes em todos os momentos da história. Se fizermos um paralelo acerca do tratamento dado a pessoa com deficiência desde a antiguidade, podemos afirmar que os progressos em relação ao tema avançaram lentamente e os objetivos reais conquistados devem ser atribuídos apenas às últimas décadas do século anterior e alguns anos do século atual.

É preciso ter em mente que ainda há muito a ser feito em benefício das pessoas com deficiências. Ser aceito em uma sociedade é um direito de todos, independentemente de suas condições físicas ou psicológicas. Todos devem ter direito à educação e a liberdade, mesmo que para isso precise haver adaptações de pessoas ou de ambientes. É dispensável as sociedades ostentarem orgulhosamente suas ações em benefício da pessoa com deficiência se ainda há tanto a ser feito.

É necessário analisar os fatos e verificar a verdadeira condição de uma pessoa que precisa de atendimento especial. Buscar informações em busca de respostas para saber se as leis em prol dessas pessoas estão realmente sendo cumpridas. Toda sociedade tem direito a essas informações. Que leis são essas que nem sempre favorecem aqueles que realmente precisam de atendimentos especiais? E quando conseguem, foi após ter esperado mais tempo que o necessário. As perguntas costumam mover o mundo e movimentar as pessoas. Assim, é necessário buscar respostas para que haja movimentação.

Pode ser afirmado, com base em variadas informações que chegam a qualquer pessoa que se interessa pelas informações sobre este tema, que, infelizmente, nem todos têm acesso ao acompanhamento necessário. Segundo reportagem recente exibida por uma emissora de TV sobre as dificuldades de que pais de crianças com necessidades especiais enfrentam para conseguir matricular

seus filhos em uma escola inclusiva, fica claro que quem realmente precisa e não tem condições de pagar uma boa instituição para que seu filho receba atendimento, permanece com ele em casa, sem nenhum tipo de acompanhamento educacional especializado.

A lei diz que todos os alunos com necessidades especiais devem ser matriculados para freqüentar as aulas com turmas de ensino regular, porém, não é preciso ir longe para descobrir que isso não é uma realidade. Algumas vezes o desconhecimento, a insegurança e o medo por parte das famílias fazem com que algumas crianças nunca cheguem a freqüentar uma escola. Outras vezes, a falta de preparo dos profissionais não permite que o aluno com deficiência desenvolva todo seu potencial.

É necessário que toda sociedade esteja empenhada em fazer com que as Leis em benefício dessas crianças sejam cumpridas para que, a partir daí, possamos afirmar que hoje existe uma Educação Inclusiva de fato sendo colocada em prática.

Ao longo desse estudo, serão relatados alguns avanços e conquistas na área da Educação Inclusiva. Após anos de total falta de entendimento da capacidade que uma pessoa com deficiência tem de adquirir conhecimentos e de conviver normalmente em sociedade, aos poucos foram surgindo projetos e novas idéias que nortearam para um atendimento mais humano a essas pessoas.

1 – O TRATAMENTO ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS EM SUA EVOLUÇÃO HISTÓRICA

A Educação Especial não é um tema atual. Não é algo da modernidade. Desde os primórdios da antiguidade sempre houve pessoas com necessidades especiais. O que mudou, ao longo dos séculos, foi a maneira como estas pessoas eram vistas e tratadas por outras tidas como “normais”. O termo anormal e incapaz foi muito utilizado na antiguidade a ponto de, em alguns países, o extermínio das crianças que nasciam com deficiência ser uma prática comum por serem consideradas incapazes de conviver em sociedade, de trabalharem e de se sustentarem.

Ao longo de muitos anos, aqueles que nasciam com deficiência recebiam tratamento diferenciado daqueles que eram constatados como crianças “normais”. O

tipo de tratamento que recebiam variava de acordo com o período e com a região. Tudo dependia da cultura local. Tal situação era considerada socialmente aceitável, os absurdos cometidos eram tidos como naturais para as pessoas.

Os deficientes, por muito tempo, receberam tratamento de total desprezo, muitas vezes eram consideradas inúteis e até mesmo um estorvo. Em alguns casos eles recebiam este tratamento da própria família, sendo afastados do convívio social e sem nenhuma perspectiva de desenvolvimento. Infelizmente, estes fatos, embora em menor escala, ainda aconteçam nos dias atuais.

Silva (1997 apud CARMO, 1991) relata atitudes que as civilizações da Antiguidade tomavam quando se tratava de pessoas com deficiência, dando relevância a duas formas diferentes de lidarem com doentes, idosos ou deficientes físicos e mentais: ou eram aceitas, toleradas e apoiadas, ou eram menosprezadas, eliminadas e destruídas.

Para dar um parâmetro melhor sobre os fatos, Carmo (1991) menciona algumas ocorrências históricas de práticas que antecedem a Antiguidade. Nas culturas primitivas, era muito comum, em tribos nômades, as pessoas que não andavam sozinhas não serem aceitas e nem mantidas pelo grupo, sendo geralmente, abandonadas em lugares afastados e perigosos, o que as levavam à morte.

Saindo um pouco da visão mundial e direcionando o olhar para os relatos históricos de fatos ocorridos no Brasil que no passado tinham características de exclusão. Segundo Jannuzzi (2004), durante o Brasil-colônia no século XVI, as pessoas com necessidades especiais passavam despercebidas e, em uma sociedade baseada em agricultura rudimentar, executavam trabalhos manuais simples, não necessitando assim de nenhum estudo para tal prática.

1.1 - O TRATAMENTO AOS DEFICIENTES DA ANTIGUIDADE ATÉ A IDADE MÉDIA

Na antiguidade, o termo Educação Especial praticamente não existia, apenas na idade média foi surgindo, aos poucos, alguma preocupação com as pessoas com deficiência. Porém, o convívio e a interação dessas pessoas surgiram de forma muito lenta, exigindo assim que a sociedade fosse se ajustando paulatinamente, havendo

necessidade de uma nova adequação e profunda transformação nos modos de vida e no trabalho. Tudo dependia dos objetivos que cada sociedade desejava para essas pessoas. Foi um período marcado pela negligência, uma ausência completa de atendimento e as pessoas com necessidades especiais eram abandonadas, perseguidas e eliminadas em virtude de suas condições atípicas. Vale ressaltar, como já foi dito, que as sociedades dessa época achavam corretas essas ações.

De acordo com os relatos de Corrêa (2010), as divergências eram costumeiras no que se refere ao modo de tratar os deficientes. Enquanto em alguns lugares elas eram mortas, em outros era considerada “possuída por demônios”, precisando então de purificação. Durante muito tempo, os sentimentos com relação aos deficientes tinham valores diversificados, uma mistura de piedade e compaixão, cuidados e abandonos, perseguição e proteção.

Durante a idade média, os portadores de deficiência eram praticamente exorcizados devido a atribuição da deficiência com a ira de Deus sobre essas pessoas, o que fazia com que as práticas de benzedura e ritos misteriosos fossem constantes entre as camadas mais pobres da população de algumas regiões da Europa.

Ainda segundo Corrêa (2010), a partir da difusão da igreja cristã, a religião passou a assegurar a salvação e a felicidade para todos que tratassem seus semelhantes com amor e com bondade, ocasionando a caridade cristã. A opção intermediária é a segregação: “não se pune nem se abandona o deficiente, mas também não se sobrecarrega o governo e a família com sua incômoda presença” (Pessoti, 1984, p. 24). Assim, os desprotegidos e marginalizados eram amparados, tinham teto e alimentação, porém, ficavam isolados de qualquer convivência social, deixados em asilos ou hospícios. Ou seja, não poderiam jamais usufruir de nenhum tipo de vida social, além de viverem em condições sub humanas, sem nenhum tipo de higiene e lá ficavam juntos indiscriminadamente os loucos, mutilados, mendigos, dementes e leprosos. Maria Ângela Corrêa (2010, p. 16) faz um breve resumo das condições em que eram submetidos os deficientes nesse período.

A história da Educação Especial ou das pessoas com necessidades especiais, da Antiguidade até a Idade Média, mostra que o extermínio, a discriminação e o preconceito marcaram profundamente a vida dessas

peças que, quando sobreviviam, não tinham outra alternativa senão a vida à margem da sociedade. Mesmo que isso acontecesse sob o véu do abrigo e da caridade, a exclusão era o caminho naturalmente praticado naquela época (Maria Ângela Corrêa, 2010).

Como uma crítica a esta postura, Pessoti (1984, p. 4) destaca que, “enquanto o teto protegia o cristão, as paredes escondiam, ou isolavam os considerados inúteis e incômodos”.

1.2 – O TRATAMENTO AO DEFICIENTE DA IDADE MÉDIA AO SÉC. XX

Durante a Idade Média, com o fortalecimento do Cristianismo, Aranha (2005) esclarece que o Clero instituiu-se como um novo segmento social, conquistando espaço e dominando a sociedade. Assim, com a ascensão da religião, os ideais cristãos disseminaram-se e, como eram vistos como criaturas de Deus, as pessoas com deficiências não poderiam ser exterminadas. Porém, durante a inquisição, aquele que tinha necessidades especiais era escolhido para expiação da culpa, para castigo divino ou então era visto como possuído por demônio, nesse caso, aceitava-se o extermínio.

Por volta do século XVI, Paracelso e Cardano, médicos e filósofos, afirmaram que os deficientes mentais constituíam-se como pessoas que tinham necessidade de ajuda médica. Eram tidos como pessoas doentes e incapazes de desenvolver qualquer tipo de aprendizagem, portanto, como dementes ou idiotas, portadores de problemas hereditários ou congênitos. Para a medicina, essas pessoas não poderiam ser educadas nem recuperadas. Cabia, assim, aos médicos o futuro delas. Já não seria mais o clero que decidiria o que fazer, mas sim à medicina, esta se encarregava do destino da pessoa com deficiência, com um tratamento específico para as deficiências ao invés de exorcismos. Estas pessoas passam, então, a serem internadas em hospitais psiquiátricos que começam a surgir nessa época.

Segundo Aranha (1994), tais hospitais são considerados como “locais para confinar, mais do que para tratar os pacientes que fossem considerados doentes, que estivessem incomodando a sociedade” (p. 285).

De acordo com Elsa Midori, só no período conhecido como Renascimento ficou marcada uma fase de maior esclarecimento da humanidade e das sociedades em geral com relação à deficiência, embora isso não solucionasse a questão, com o advento dos direitos chamados de universais, partindo de uma filosofia humanista e também com os avanços na área científica. A partir daí, foi ocorrendo paulatinamente, algumas mudanças sócio-culturais, cujas principais marcas foram o reconhecimento do valor humano, o avanço da ciência e a libertação das ideologias inquestionáveis das crendices da Idade Média.

Nesse período, as regras religiosas e morais passaram por modificações, revolucionando de uma vez as doutrinas vigentes da época sobre a mente humana e suas funções. Com base na visão naturalista da atividade intelectual, Maria Ângela Correa afirma que:

“... a mente foi entendida como uma página em branco, sem qualquer letra, sem qualquer ideia – uma tábua rasa. Caberia à experiência, e, portanto ao ensino, suprir as carências.” (Maria Ângela Correa, 2010).

A partir desses ideais, fortaleceu-se a ideia de que as pessoas com deficiências deveriam receber tratamentos diferenciados, não sendo excluídos apenas a uma parte integrante da massa de pobres e marginalizados. Foi só no século XVI que passos decisivos foram dados em prol da melhoria no atendimento, por exemplo, às pessoas portadoras de deficiência auditiva, que até então, eram consideradas como impossíveis de se educar ou possuídas por maus espíritos.

De acordo com Bueno (1993), a história da Educação Especial considera o século XVI como o período em que teve início a educação das pessoas com necessidades especiais. Porém, foi só durante o século XIX que essas pessoas começaram, gradativamente, a serem vistas como cidadãos.

Para Mazzota (1999), somente quando há mudança no quadro social ou no conjunto de valores, crenças, idéias e conhecimentos em condições mais favoráveis, depois do século XVIII, foi que, visando o atendimento às pessoas com deficiência, começaram a aparecer algumas iniciativas de homens, mulheres e deficientes onde

foram organizadas medidas e propostas algumas ações como, por exemplo, sensibilizar a sociedade em geral para a situação. Foram estas pessoas que se dispuseram a representar os interesses das pessoas com necessidades especiais, abrindo espaços em diversas áreas da vida social visando ampliar os conhecimentos melhorando as condições de vida de tais pessoas.

O início dos atendimentos aos deficientes ocorreu na Europa, expandindo-se para os Estados Unidos, Canadá e depois para outros países, incluindo o Brasil, no qual os registros históricos da Educação Especial tiveram início no século XVI, com os atendimentos a esta clientela. Alguns brasileiros, inspirados por experiências norte americanas e européias se dispuseram a organizar e implementar algumas ações isoladas e particulares para atender as pessoas com deficiências físicas, mentais e sensoriais.

2 - A EDUCAÇÃO ESPECIAL EM SEUS AVANÇOS E CONQUISTAS

A partir do início do século XX, deu-se início a alguns avanços no tratamento dados aos deficientes. Após as guerras e alguns conflitos militares, muitos soldados voltaram mutilados, necessitando de tratamentos especiais. Deu-se então, maior empenho ao tratamento também das crianças com o desenvolvimento de especialidades e programas de reabilitação específicos.

Langdon Down e Maria Montessori foram os ícones que deram impulsos aos estudos sobre a deficiência, criando e aprimorando métodos que favorecessem o desenvolvimento dos portadores de necessidades especiais. Destacando também a importância do preparo dos educadores para auxiliar esse desenvolvimento.

Após a identificação feita por Langdon Dawn da Síndrome de Dawn, a qual, até então, seus portadores eram tratados de mongolóides e da contribuição de Montessori no desenvolvimento de programas de treinamento para crianças deficientes mentais em Roma, Pestalozzi também desenvolveu sistemas pedagógicos eficazes não só para os portadores de deficiência como para as crianças em geral.

Após estes avanços, foi criada a primeira escola pública para deficientes auditivos nos Estados Unidos. Em seguida, no Canadá, foi fundada uma escola para meninos surdos-mudos.

Anos mais tarde, também nos Estados Unidos Valentin Haüy fundou um internato para cegos. Assim, outras instituições foram abertas com o foco no

desenvolvimento de portadores de necessidades educacionais especiais e a Educação Especial foi ganhando força. As sociedades descobriram que era possível um portador de deficiência desenvolver suas habilidades dentro de seus limites, mas desenvolviam-se. Eles só precisavam de alguém que os auxiliassem e não os vissem como pessoas incapazes e inúteis. Todos tinham condições de desenvolvimento e progressos mesmo que limitados.

Assim, o tratamento aos portadores de necessidades especiais concentrou-se mais nas deficiências visuais, auditivas e, em menor quantidade, nas deficiências físicas. Pode-se dizer que, em se tratando de deficiência mental, houve um silêncio quase que total.

O desenvolvimento e a evolução da Educação Especial ficaram marcados através dos muitos avanços na área da medicina a partir da compreensão das deficiências analisadas de maneira individual e também na área da Pedagogia através da criação dos diversos métodos que foram usados como forma de desenvolver a escolarização das pessoas com deficiência.

Por deduzir que as crianças com deficiência não eram capazes de desenvolver nenhum conhecimento pedagógico, elas foram, durante muito tempo, segregadas da sociedade e das escolas, impedidas de ter a chance de se desenvolver intelectualmente.

Quando alguém decide rotular uma pessoa, principalmente se for deficiente, não percebe que todo ser humano é imperfeito. A diferença é que a deficiência de uma pessoa com necessidades especiais é visível. E nós? Onde estão nossas deficiências? Todos nós temos uma ou até mais de uma. Ninguém tem o direito de decidir sobre o futuro do outro se não for para auxiliá-lo no seu caminhar até que o mesmo possa alcançar todos os objetivos os quais ele tem direito.

A partir da segunda metade do século XX, após um movimento realizado por educadores, pais e alguns grupos de defesa dos direitos humanos, teve início em nível internacional, como, por exemplo, a Conferência Mundial de Educação para Todos na Tailândia e a Declaração de Salamanca como dois importantes acontecimentos favorecendo a Educação Especial dessa época.

Faz-se necessário entender que a deficiência, seja ela qual for não é uma doença, é apenas uma sequela derivada de algum fato experimentado pela pessoa

enquanto estava sendo gerada, no nascimento ou durante a sua vida. O Estatuto da Pessoa com Deficiência determina que:

Art. 7º. Todas as pessoas com deficiência são iguais perante a lei e não sofrerão nenhuma espécie de discriminação.

§ 1º Considera-se discriminação em razão da deficiência, todas as formas de discriminação ou qualquer distinção, restrição ou exclusão, por ação ou omissão, que tenha o propósito ou efeito de prejudicar, impedir ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício dos direitos e liberdades fundamentais dessas pessoas, incluindo a recusa de adaptação razoável.

§2º As medidas afirmativas necessárias para efetivar a igualdade de oportunidades e inclusão das pessoas com deficiência não serão consideradas discriminatórias, não sendo essas pessoas obrigadas a aceitá-las (Estatuto da Pessoa com Deficiência, 2013).

O Estatuto da Pessoa com Deficiência representa, sem dúvidas, um marco na vida dos portadores de necessidades especiais. Ele institui direitos e consolida outras prerrogativas de direitos além de eliminar distorções e injustiças, embora estes conceitos ainda estejam em evolução e sedimentação. Muda-se então o perfil do deficiente, fazendo-se necessário que haja a perspectiva de um novo olhar.

Com base nesses avanços, Glat (2007) diz que:

Nas últimas décadas, em função de novas demandas e expectativas sociais, aliadas aos avanços das ciências e tecnologias, os profissionais da Educação Especial têm se voltado para a busca de novas formas de educação escolar com alternativas menos segregativas de absorção desses educandos pelos sistemas de ensino.

Esse processo vem se acelerando, sobretudo a partir dos anos 90, com o reconhecimento da Educação Inclusiva como diretriz educacional prioritária na maioria dos países, entre eles o Brasil. A política de Educação

Inclusiva diz respeito à responsabilidade dos governos e dos sistemas escolares de cada país com a qualificação de todas as crianças e jovens no que se refere aos conteúdos, conceitos, valores e experiências materializados no processo de ensino-aprendizagem escolar, tendo como pressuposto o reconhecimento das diferenças individuais de qualquer origem. (GLAT, 2007: 15)

De acordo com tudo que foi dito até aqui, em todos os tempos e em todas as sociedades em que se tem registros, no que se refere aos avanços e aos conhecimentos alcançados a partir da ciência, as informações e os novos conceitos acerca da deficiência, suas causas e as formas de atendimento mais adequadas não alcançavam a grande maioria da população, ou seja, quem mais precisava de informações, não as tinham, dessa forma, houve grande demora até que as partes interessadas tivessem acesso às informações necessárias, o que fazia com que a sociedade visse o incapaz, inválido, deficiente, em condições permanentes e inalteráveis

3 – A INTEGRAÇÃO E A INCLUSÃO

Tradicionalmente, a Educação Especial se ajustou à forma de trabalhar paralelamente e ao mesmo tempo dissociada do sistema tradicional de ensino. Tendo suas atenções voltadas para o atendimento especializado às pessoas com deficiência.

Em função das novas demandas, juntamente com os avanços científicos e tecnológicos e as novas expectativas sociais, começou a haver, então, grande necessidade de empenho dos profissionais da Educação Especial na procura de novas formas de educação escolar em que fossem utilizadas alternativas que colocassem as pessoas com deficiência menos expostas à segregação no que se refere aos sistemas de ensino. Se faz necessário ressaltar que o profissional da educação é uma peça de fundamental importância no processo de escolarização e desenvolvimento dos alunos com este tipo de necessidade, visto que é através do professor que deverá ser feita a intervenção desse aluno, auxiliando-o no processo

de integração junto aos demais. Para tanto, o professor deve se preparar para fazer com que este aluno sinta-se realmente incluído na classe escolar e conseqüentemente seu aprendizado ocorrerá, mesmo que dentro de suas limitações, de forma gradativa e contínua.

Infelizmente, a discriminação e o preconceito ainda são práticas reais principalmente nos espaços sociais, e até mesmo dentro das unidades escolares. Os profissionais da educação vêem a inclusão escolar unicamente como uma forma de socialização, principalmente os alunos que possuem deficiência mental, julgando que os mesmos são incapazes de grandes progressos e avanços em seu desenvolvimento. Isso só comprova que, o simples fato de uma instituição escolar receber o aluno com necessidades especiais, não assegura que se trata de uma escola inclusiva. Muitos educandos, com deficiência, estão matriculados nas redes regulares de ensino, mas não têm o tratamento necessário ao seu desenvolvimento. A autora Rosana Glat faz uma explanação bem clara a respeito do que se faz necessário para um bom desenvolvimento e aplicação da verdadeira educação inclusiva em que envolvem instituição escolar, alunos com necessidades especiais e profissionais da educação.

A Educação Inclusiva significa um novo modelo de escola em que é possível o acesso e a permanência de todos os alunos, e onde os mecanismos de seleção e discriminação, até então utilizados são substituídos por procedimentos de identificação e remoção das barreiras para a aprendizagem. (Rosana Glat, 2007, p.16)

A matrícula do aluno com necessidades especiais em instituições de ensino não é a única forma de integrar este aluno na escola regular, mas apenas o início de todo um processo onde as partes interessadas precisam se comprometer no exercício de seu papel sempre com o foco no aluno com deficiência.

É importante enfatizar também, que a Educação Inclusiva não se resume à matrícula do aluno com deficiência na turma comum ou à sua presença na escola. (ibidem, p.17)

A pessoa com necessidades especiais tem os mesmos direitos que qualquer cidadão dentro de uma sociedade. Ele merece um convívio natural com as demais pessoas e tem direito ao ingresso e acesso imediato aos recursos disponíveis.

A integração refere-se à busca de transformar a pessoa com necessidades educacionais especiais de forma que pudesse vir a se identificar com os demais cidadãos, só depois seria então inserida, associada a uma convivência mais natural em sociedade. Integrar significa localizar na pessoa o foco da mudança e suas reais dificuldades detectadas durante o processo de busca, de reorganização da pessoa com deficiência. Assim, era considerado que as diferenças não se aniquilavam, mas deveriam ser administradas no convívio social. Ser diferente não deveria ser motivo para determinar sua inferioridade enquanto cidadão.

A inclusão é mais que uma proposta educacional, é uma nova cultura escolar, visando respostas educativas que atinjam a todos os alunos, trazendo favorecimento às necessidades que apresentam.

O mais importante é que o ingresso do aluno com deficiência possibilite sua permanência na escola e seu desenvolvimento acadêmico.

A ênfase não era mais na deficiência intrínseca do indivíduo, mas sim nas condições do meio em proporcionar recursos adequados que promovessem o desenvolvimento e a aprendizagem. (Rosana Glat, 2010, p.20)

A inclusão nos leva à obrigatoriedade de que o convívio com as pessoas com necessidades especiais seja fundamentado no respeito, na solidariedade, no desejo de ajudar e, principalmente, na busca incessante de novos caminhos para auxiliar o outro.

O importante é entender como é a Educação Inclusiva em sua totalidade para não torna-la excludente.

A escola brasileira é marcada pelo fracasso e pela evasão de uma parte significativa de seus alunos, que são marginalizados pelo insucesso, por privações constantes e pela baixa autoestima resultante da exclusão escolar e da social – alunos que são vítimas

de seus pais, de seus professores e, sobretudo, das condições de pobreza em que vivem, em todos os seus sentidos. (MANTOAN, 2005, p. 27).

O desafio desse novo modelo de Educação Especial é o de acolher e de atender a todos os alunos, sem levar em conta suas necessidades. E isso precisa ser feito com cautela e principalmente muito empenho para que se obtenha o êxito almejado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na antiguidade, as pessoas com deficiências, eram abandonadas, rejeitadas, muitas eram eliminadas e as que sobreviviam não tinham nenhum tipo de atendimento. Já na Idade Média, essas pessoas passaram a ser recolhidas a instituições residenciais, com a finalidade de apartá-los ou segregá-los, impedindo que tivessem convívio social. Os deficientes mentais eram considerados possuídos pelo demônio e então excluídos desse recolhimento. O restante era considerado portador de dons especiais. A partir daí, podemos dizer que grandes mudanças ocorreram da antiguidade até os dias atuais, porém ainda há muito a ser feito e repensado.

O início da Educação Inclusiva aconteceu nos Estados Unidos, já no século XX, quando um grupo se mobilizou para que as pessoas com deficiências frequentassem as escolas regulares, só assim elas teriam o direito e a chance de conviver e participar das mesmas atividades acadêmicas oferecidas às outras crianças.

Após este período, muitas ações foram promovidas em prol do desenvolvimento da Educação Especial na rede regular de ensino. Lembrando que existem dois modelos de Educação Especial: a Integração e a Inclusão Escolar. A integração estava voltada para a escolarização dos deficientes em classes comuns, mas esta integração só acontecia se o aluno com deficiência tivesse condições de acompanhar o nível da turma em que estava inserido, onde recebia apoio paralelo especializado.

Na Inclusão Escolar, todas as pessoas com deficiências em qualquer grau têm

direito de serem inseridos em classes comuns das redes regulares de ensino. A instituição escolar é que precisa se adequar ao aluno com necessidades especiais, para lhe dar todo o suporte necessário ao seu desenvolvimento.

Entretanto, os dois modelos andam lado a lado. Algumas ações chamadas de Educação Inclusiva revelam, na verdade, uma educação integradora e não de Inclusão. Muitas escolas não estão preparadas para incluir o aluno. Neste caso, os fracassos escolares não ocorrem por responsabilidade deste aluno, mas sim porque não houve organização escolar para que o aprendizado fosse oferecido de maneira eficaz.

É importante ressaltar que ainda estamos em um processo de adaptação com relação à Educação Especial e Inclusiva. As mudanças trouxeram e ainda trarão grandes benefícios às pessoas com necessidades especiais. Mas sempre há muito que fazer, visto que ainda há muitas dessas crianças espalhadas, principalmente no Brasil, com grandes dificuldades de acesso e permanência à rede regular de ensino. Seus responsáveis fazem verdadeiras peregrinações às escolas e Secretarias de Educação em busca de uma vaga. Muitos precisam recorrer aos Conselhos Tutelares para exigirem que as leis sejam cumpridas. Nesse caso, as informações com relação aos direitos dos deficientes fazem a diferença, visto que é preciso conhecê-los para cobrar das autoridades competentes.

O que podemos constatar nos dias de hoje, mesmo após a promulgação da Declaração de Salamanca, 1994, a qual prevê “Igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola”, é que diretores e professores de algumas escolas acham que alunos com necessidades especiais não têm condições de aprender e, dentro da sala de aula, só precisam brincar e passar o tempo. E o mais grave é que muitos pais não aceitam que seus filhos se relacionem com crianças especiais. Acham que podem agredi-los, ou que a qualidade do ensino irá baixar. Muitos outros, ainda, não aceitam a “diferença”.

Muitas mudanças ainda se fazem necessárias para que seja alcançado o real modelo de Escola Inclusiva, onde o aluno com necessidades especiais possa receber um atendimento completo que o encaminhe a um desenvolvimento pleno e satisfatório.

REFERÊNCIAS:

CORRÊA, Maria Angela Monteiro. **Educação Especial**. Rio de Janeiro: Fundação Cecierj, 2010.

ROSANA; GLAT. **Educação Inclusiva: Cultura e Cotidiano Escolar**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007.

FERREIRA, Maria Elisa Caputo; GUIMARÃES, Marly. **Educação Inclusiva**. Rio de Janeiro: Dp&a, 2003.

Epopéia Ignorada – A História da Pessoa Deficiente no Mundo de Ontem e de Hoje. Otto Marques da Silva, 1987.

CARMO, Apolônio A. Deficiência física: a sociedade brasileira cria, recupera e discrimina. Brasília: Secretaria dos Desportos, 1991.

BUENO, J. G. S. **A Educação Especial nas Universidades Brasileiras**. Brasília, DF, MEC, 2002.

MANTOAN, Maria Tereza Eglêr. **Inclusão escolar: o que é ? por quê? Como fazer?**. São Paulo: Moderna, 2005.

Fundamentos da Educação Especial. Disponível em:

<<http://fundamentoseducacaoespecial-pedagogia.blogspot.com.br>>. Acesso em 17/12/3013 às 20h12min.

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. **Educação Especial no Brasil: História e políticas públicas**. São Paulo: Abril, 1995.

Estatuto da Pessoa com Deficiência. Disponível em:

<<http://www.prt21.mpt.gov.br>>. Acesso em: 19 dez. 2013.

JANNUZZI, Gilberta De Martino. Políticas públicas de inclusão escolar de pessoas portadoras de necessidades educacionais especiais: reflexões. Revista GIS, Rio de Janeiro, out.2004. Seção artigos. Disponível em:

http://www.cereja.org.br/pdf/20041220_Gilberta.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2014.

ARANHA, M. S. F. Projeto escola viva: garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola: necessidades educacionais especiais dos alunos. Visão Histórica. Brasília: Ministério da Educação; Secretaria de Educação Especial, 2005. v. 1. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/visaohistorica.pdf>> Acesso em: 24 jan. 2014.

Referência: SHIMAZAKI, Elsa Midori. **FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL**. Disponível em:

<<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/291-2.pdf>>. Acesso em: 25 jan. 2014.